



- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA -
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA LEGISLATIVA

Autor: DEP. LUCAS BARRETO

Documento: PROJETO DE LEI Nº 0018/05-AL.

Protocolo nº 0438/05

Data: 07 / 04 / 2005

Assunto: Considera de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Amapá, a
Fundação de Apoio a Pesquisa e à Cultura da Universidade Federal do
Amapá e do Estado do Amapá - FUNDAP.

TRAMITAÇÃO

Leitura: 12/04/05

Sessão Nº 21

Outras leituras: _____

COMISSÃO PERMANENTE

Comissão	Encaminhar à Comissão sob Rubrica	Prazo a vencer em	Parece nº	Relator	Recebido por
Comissão de Constituição, Justiça e Redação	Secretário Geral	___/___/___	___	___	___
Comissão de finanças, Economia, Fiscalização Financeira, Orçamentária e Administrativa Pública	Secretário Geral	___/___/___	___	___	___
Comissão de Educação, Saúde e Assist. Social, Abastecimento, Def. Do Consumidor, Agric. P. Agraria e Meio Ambiente	Secretário Geral	___/___/___	___	___	___
Comissão de Transporte, Obras, Públicas, Indústria, Comércio e Turismo, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia	Secretário Geral	___/___/___	___	___	___

OBS: _____



**ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PROJETO DE LEI Nº 0018/05-AL

Considera de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Amapá, a **Fundação de Apoio a Pesquisa e à Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá - FUNDAP.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Amapá, nos termos da Lei nº 027, de 31 de agosto de 1992, a Fundação de Apoio a Pesquisa e à Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá - FUNDAP, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa própria, criada nos termos da lei federal nº 8.958/94 e do seu estatuto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 05 de abril de 2005.


LUCAS BARRETO
Deputado

ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PROTOCOLO GERAL

PROTOCOLO Nº 0438/05

PROTOCOLO EM 07/04/05 HORÁRIO 08:20h

Servidor responsável: *Daniela Pereira*

TITULO/DESCRIÇÃO

ASSINATURA



**ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 105-AL

A Fundação de Apoio a Pesquisa e à Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá – FUNDAP, foi criada com o propósito colaborar com a UNIFAP, através de gerenciamento administrativo e financeiro próprio, nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando-lhe serviços técnico-científicos e administrativos que contribuam para o desenvolvimento da Universidade e do Estado do Amapá.

A FUNDAP vem atuando no Estado do Amapá nas seguintes áreas:

- 01- Gerenciamento e operacionalização de processos seletivos e concursos para instituições públicas e privadas;
- 02- Gerenciamento de cursos de capacitação de recursos humanos, em nível de 3º grau, através de cursos de graduação, especialização, complementação pedagógica e habilitação lingüística;
- 03- Gerenciamento de cursos de capacitação básica de monitores na prevenção de doenças transmissíveis;
- 04- Gerenciamento de pesquisas de campo para coleta de dados primários destinados a composição de indicadores sócio-econômicos, ambientais e culturais;
- 05- Montagem de laboratórios experimentais no âmbito da Universidade e outras instituições;
- 06- Desenvolvimento de processos com a utilização da tecnologia da informação;
- 07- Elaboração e administração de projetos institucionais;
- 08- Projetos relacionados às questões ambientais;
- 09- Consultoria na área de gestão municipal;
- 10- Publicações científicas e/ou projetos de pesquisas científicas.

Sala das Sessões do Palácio Deputado NELSON SALOMÃO, em 05 de abril de 2005.


Deputado LUCAS BARRETO

1





ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ofício Nº 3026/11-SELEG-AL

Macapá-AP, 16 de setembro de 2011.

- 1. Em atendimento ao disposto no art.155 do Regimento Interno, informo a Vossa Excelência, que o Projeto de Lei nº 0018/05-AL, de Vossa autoria foi arquivado.*

Atenciosamente

Deputado JÚNIOR FAVACHO
1º Vice-Presidente





STJ
000250

Supremo Tribunal de Justiça

MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO
N. 000009/2010-CESP

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO
JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
RELATOR DO INQUÉRITO n. 681/AP
(2010/0056559-2), NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES,

M A N D A

o Dr. JORVEL EDUARDO ALBRING VERONESE, Delegado de Polícia Federal, ou a autoridade policial a quem este mandado for apresentado, que, se dirija à sede da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ, CNPJ nº 34.868.927/001-60, na Av. FAB, S/N, Centro Macapá/AP e PROCEDA A BUSCA E APREENSÃO com fulcro no artigo 240, § 1º, alíneas 'a', 'b', 'd', 'e' e 'f' do Código de Processo Penal, estando a autoridade policial autorizada a arrecadar quaisquer objetos úteis à prova da infração, assim como qualquer elemento de convicção, inclusive documentos, papéis, softwares, computadores, discos rígidos, disquetes, CDs, DVDs, agendas, títulos de propriedade de móveis e imóveis, registros de móveis e imóveis e empresas, processos e procedimentos administrativos, documentos contábeis, documentos financeiros, documentos tributários, documentos bancários, contratos, procurações, termos, anotações, certificados de registro de veículo e qualquer outro equipamento ou documento que indique a prática das infrações penais em apuração, para o que, sendo necessário, encontra-se a autoridade policial autorizada a promover arrombamento de portas e cofres, devendo a diligência ser efetivada com a devida cautela para que não sejam violados direitos consagrados constitucionalmente.
CUMPRÁ-SE NA FORMA DA LEI.

Determina, ainda, que, após cumprir a ordem, lave as certidões, que trará a Juízo para os devidos e legais efeitos. Dado e passado nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, aos 13 dias do mês de dezembro de 2010. Eu, Vânia Maria Soares Rocha (Vânia Maria Soares Rocha), Coordenadora da Corte Especial, correei este mandado que será assinado pelo Ministro Relator.

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

Ministro João Otávio de Noronha
Relator

www.stj.gov.br
SAFS - Quadra 06 - LL Q1 - Tracço III - CEP: 70085-900, Brasília - DF
PABX: (061) 5318-3000







MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ

AUTO DE APREENSÃO

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2010 (dois mil e dez), nesta cidade de Macapá/AP, no endereço situado na Av. FAB, S/N, Centro, Macapá/AP (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ) onde presente se encontrava o(a) Delegado(a) de Polícia Federal CLAUDIO ROBERTO TRAPP, Matrícula nº 17.141, e comigo Escrivã(o) de Polícia Federal, ao final declarado e assinado, na presença das testemunhas abaixo relacionadas:

- 1) Nome: MARIA DE LOURDES REBELO TAVARES DIAS, RG nº 224486 - POLITEC-AP, CPF nº 368.728.462-34, Av. Guarani, 352, Beírol, tel. 8136-3274;
- 2) Nome: CELINO SOUZA DE ALMEIDA, RG 053.665-AP, CPF 112.995.682-20, Av. Celestino Pinheiro, 67, Nova Esperança, Macapá-AP, TEL 9971-1750.
- 3) Nome: JEFFERSON MILTON DIAS CARDOSO, RG 317215, CPF 513.464.512-49, Av. José Augusto Façanha, 25, Novo Burtizal, Macapá-AP, TEL. 8142-8033.
- 4) Nome: MARIA DE JESUS NEGRÃO NASCIMENTO, RG 270394, CPF 208.895.002-82, Sub-chefe de Gabinete civil;
- 5) Nome: EDVALDO LIMA MAFRA, RG 1602716 PM-AP, CPF 333.543.162-68, Chefe de Gabinete Militar.

Pela Autoridade foi determinada a apreensão do material abaixo discriminado:

Item	Quant.	Discriminação
01	-----	Uma pasta contendo processos de assuntos diversos, tais como diárias, fretamento de aeronave, locação de veículos, entre outros.
02	-----	Uma pasta com etiqueta (viagens do presidente), contendo diversos

AUTORIDADE POLICIAL: _____

TESTEMUNHA (1):

Maria de Lourdes Rebelo Tavares Dias (MARIA DE LOURDES)

TESTEMUNHA (2):

Celino Souza de Almeida (CELINO SOUZA)

TESTEMUNHA (3):

Jefferson Milton Dias Cardoso (JEFFERSON MILTON)

TESTEMUNHA (4):

Maria de Jesus Negrão Nascimento (MARIA DE JESUS)

TESTEMUNHA (5):

Edvaldo Lima Mafra (EDVALDO LIMA)





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ

STJ
000060

		documentos relativos a viagens.
03	03	três livros de capa preta contendo os registros de presença dos deputados nas Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, datados de 15 de fevereiro de 2007, 08 de dezembro de 2008 e de 13 de dezembro de 2010. (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
04	—	três pastas transparentes e três envelopes contendo diversos: TERMO DE OCORRÊNCIA, Ata de Sessão Extraordinária e Ata de Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa. (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
05	01	Um cd-r da marca MAXPRINT, de cor branca, sem inscrição, contendo na capa o escrito ORÇAMENTO 2008. (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
06	—	Uma pasta contendo diversas atas de audiências públicas. (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
07	02	Os ofícios 773 MINC/ SEOGI/2010 e o DGI/SEMINC 787/2010 (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
08	—	Uma pasta contendo atas de Sessão Solene. (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
09	—	Diversos documentos relativos a solicitação de diárias.
10	—	Uma pasta verde transparente contendo diversos documentos, dentre os quais: prestação de contas de suprimento de fundos, cópia de certidão de julgamento da quinta turma do STJ, cópia de folha de pagamento da Assembleia Legislativa. (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
11	—	Um envelope contendo diversos documentos, dentre os quais: ofícios, memorandos e requerimentos. (apreendido na sala da Secretaria Legislativa)
12	—	Diversos documentos, tais como: ofícios, ponto diário de servidores e

AUTORIDADE POLICIAL: _____

TESTEMUNHA (1): Maria de Lourdes P. S. Dias (MARIA DE LOURDES)

TESTEMUNHA (2): [Assinatura] (CEI. INO 2012-1)

TESTEMUNHA (3): Jefferson Milton Dias Cordeiro (JEFFERSON NELTON)

TESTEMUNHA (4): [Assinatura] (MARIA DE JESUS)

TESTEMUNHA (5): Marcelo José Lopes Vasconcelos (EDVALDO LEÇA)

[Assinatura]

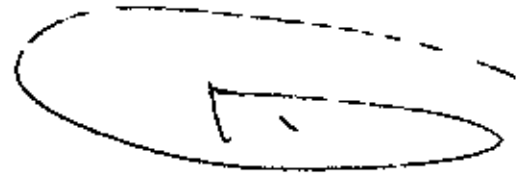


ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ata da 21ª Sessão Ordinária da
Assembléia Legislativa do Estado do
Amapá, realizada no dia doze de abril de
dois mil e cinco.

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois e cinco, às dez horas e dezoito minutos, no edifício sede da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, situado na Avenida FAB s/nº, nesta cidade, sob a Presidência do Deputado Jorge Amanajás, Vice-Presidência do Deputado Paulo José, Secretaria dos Deputados Roberto Góes, Ubiraildo Macêdo e Jorge Souza e da Deputada Raimunda Beirão, reuniu-se a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá em sua Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Quarta Legislatura. Feita a chamada e verificada a existência de "quorum", iniciou-se o Pequeno Expediente com o Presidente suprimindo a leitura da ata da Sessão anterior. No Expediente do Dia foram lidas as seguintes matérias: Projeto de Lei nº. 0018/05-AL, de autoria do Deputado Lucas Barreto, que considera de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Amapá, a Fundação de Apoio a Pesquisa e a Cultura da Universidade Federal do Amapá - FUNDAP; Projeto de Lei nº. 0019/05-AL, de autoria do Deputado Jaci Amanajás, que autoriza o Poder Executivo Estadual a criar o Programa de Combate a Mortalidade Materna e dá outras providências; Projeto de Decreto Legislativo nº. 0004/05-AL, de autoria do Deputado Lucas Barreto, que concede o Título de Cidadão Amapaense ao Dr. Antônio Paulo de Oliveira Furlan e dá outras providências; Projeto de Decreto Legislativo nº. 0005/05-AL, de autoria do Deputado Jorge Amanajás, que susta os efeitos dos Decretos nº.s 1542, 1543 e 1544 de 14/03/05, do Governador do Amapá e dá outras providências, com fundamento no Inciso IX, do art. 95 da Constituição do Estado do Amapá; Projeto de Lei Complementar nº. 0001/05-TJAP, do Tribunal de Justiça do Amapá, alterando a Lei de Organização do Judiciário Decreto (N) nº. 0069, de 15 de maio de 1991, e as disposições do Art. 10 da Lei nº.0251, de 22 de dezembro de 1995, e dá outras providências, Projeto de Lei nº. 0001/05-TJAP, do Tribunal de Justiça do Amapá, que dispõe sobre alterações na Lei Estadual nº. 0726, de 06/12/2002, a qual dispõe sobre os Cargos e Funções e a Organização dos Quadros de Pessoal e Plano de Carreira do Poder Judiciário e dá outras providências; Projeto de Lei nº. 0002/05-TJAP, do Tribunal de Justiça do Amapá, que dispõe sobre criação de empregos públicos no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá; Projeto de Lei nº. 0003/05-TJAP, do Tribunal de Justiça do Amapá, que dispõe sobre a criação de gratificações de disposição do Servidor Militar e Civil no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências; Projeto de Lei nº. 0001/05-TCE, do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional, os cargos, funções e a Organização dos Quadros de Pessoal e Planos de Carreira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá; Prestação de Contas, do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, referente ao exercício de 2004; Indicação nº. 0081/05-AL, de autoria do Deputado Ocivaldo Gato, que indica ao Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos a implantação de um semáforo no cruzamento da Av. Nações Unidas com a Rua Leopoldo Machado, no Bairro Jesus de Nazaré; Indicação nº. 0082/05-AL, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos serviços de aterro e terraplenagem do Bairro da Comunidade de Ponta Grossa do Pacuí, no Distrito de





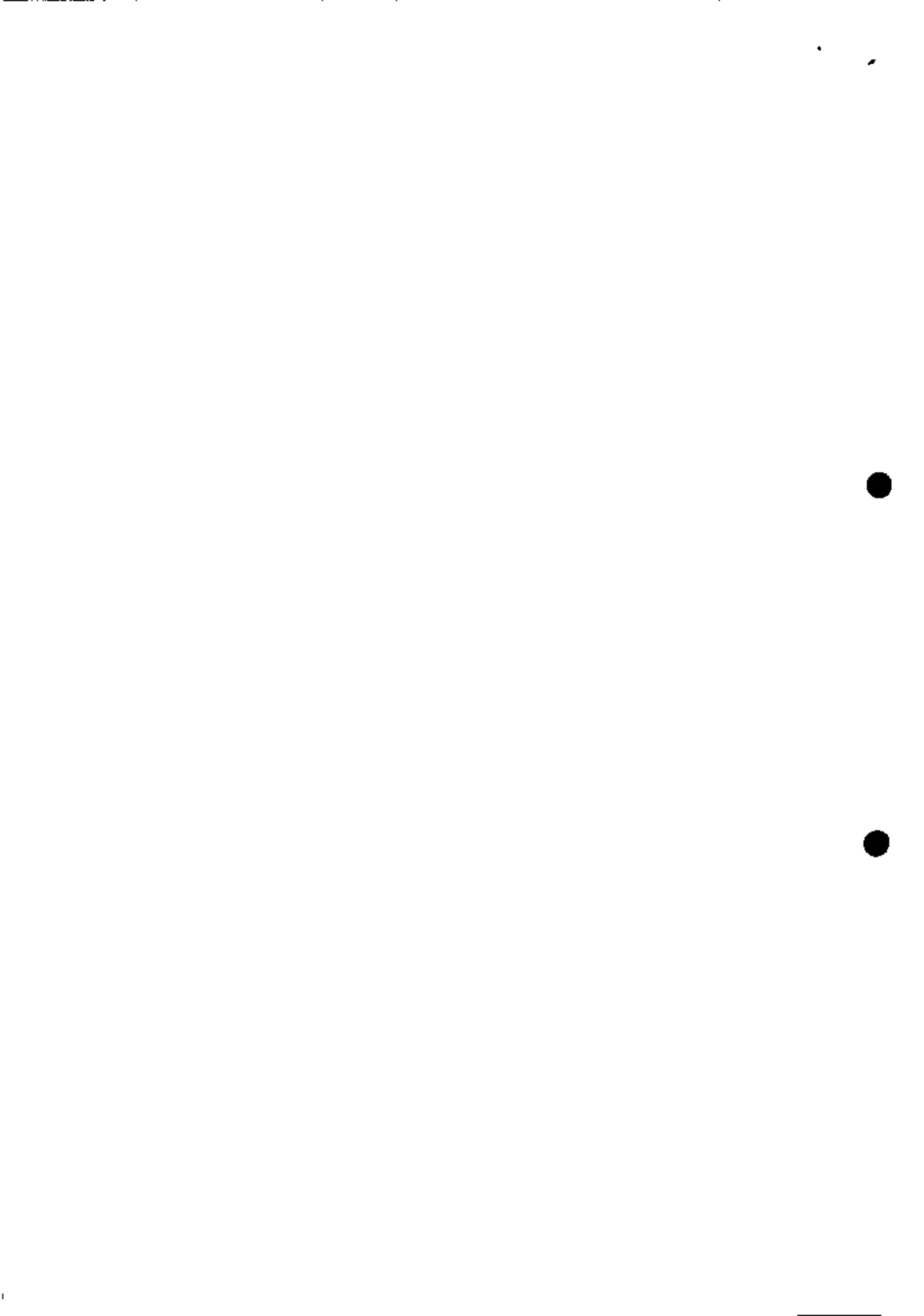
ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

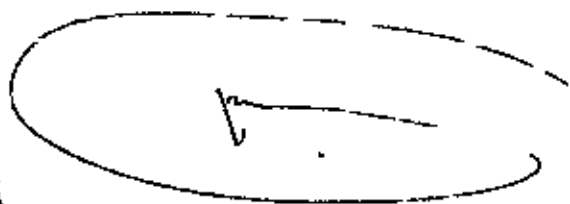
São Joaquim; **Indicação n.º 0083/05-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos a reposição da camada asfáltica da orla do Bairro Santa Inês; **Indicação n.º 0084/05-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Gerente Geral da TELEMAR a instalação de um telefone público na Comunidade de Ponta Grossa do Pacuí, Distrito de São Joaquim; **Indicação n.º 0085/05-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos serviço de instalação de esgoto na Av. Tupiniquins, no Bairro do Beírol; **Indicação n.º 0086/05-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos serviço de capina e retirada de lixo e entulhos na 1ª Av. do Kiar, no Bairro Perpétuo Socorro; **Indicação n.º 0087/05-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos serviço de retirada de entulho e terraplenagem na Rua Orosvaldo Coelho Caxias, no Bairro Cidade Nova II; **Indicação n.º 0088/05-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos serviço de retirada de entulho na Rua Manoel Cardoso, no Bairro Cidade Nova II; **Indicação n.º 0089/05-AL**, de autoria do Deputado Zezé Nunes, que indica ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos serviço de terraplenagem na Rua Rio Purus, no Bairro Perpétuo Socorro; **Ofício n.º 353/05-GAB/SESA**, da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao **Ofício n.º 0945/04-AL**, referente ao **Requerimento n.º 0449/04-AL**; **Ofício n.º 300/05-GAB/SEINF**, da Secretaria de Estado da Infra-estrutura, em resposta ao **Ofício n.º 0223/04-SELEG/AL**, referente ao **Requerimento n.º 0102/05-AL**. Em seguida, o Deputado Paulo José saudou o ex-Deputado Jarbas Gato, presente na galeria do Plenário. Iniciada a **Comunicação de Oradores**, o Deputado Ruy Smith saudou seus pares e a comunidade presente nas galerias. Cumprimentou os membros da AFAD - Associação dos familiares e detentos do Estado do Amapá, prestando solidariedade pelo descaso e omissão do Governo do Estado em relação aos detentos. Criticou o Governador Waldez Góes por não ter compromisso com a população amapaense. Solicitou ao Presidente para que entrasse em contato com a Comissão de Direitos Humanos da OAB, a fim de tomar consciência das situações que vinham sendo enfrentadas pelos detentos e seus familiares. Durante seu discurso, o Presidente cumprimentou o Doutor Raimundo Frota, Superintendente da Caixa Econômica Federal, convidando-o a fazer parte da Mesa. Retomando seu pronunciamento, o Deputado Ruy Smith disse que as oficinas existentes no Complexo Penitenciário não estavam em funcionamento, desde que o Governador Waldez Góes assumira o Governo. Falou que discordava do Governo por sua falta de visão administrativa, por sua omissão diante dos problemas que surgiam no Estado. Disse que o Complexo Penitenciário era uma casa de reabilitação e, na situação em que se encontrava, não cumpriria com seu papel. Falou que a Polícia não tinha preparo para administrar o Complexo Penitenciário, onde havia cidadãos que deveriam ser tratados como tal. Em seguida, a Deputada Raimunda Beirão reportou-se a visitas realizadas por uma comitiva do PSB a Laranjal do Jarí na semana passada, quando de forma desleal e descortês, o Deputado Ruy Smith tentara denegrir sua imagem junto à população daquele Município. Falou que, se havia sido reeleita, era porque a população do Vale do Jarí sabia do trabalho que ela realizava. Disse que jamais usaria de sua palavra como parlamentar para dizer palavras vãs e sem fundamento. Antes preferia trabalhar para alcançar seus objetivos e trazer para esta Casa propostas e sugestões para o desenvolvimento do Vale do Jarí, bem como para o Estado do Amapá. Ressaltou que discurso bonito não dava mandato, mas sim, o trabalho realizado, que alcançava nas urnas a resposta do povo. Criticou o Deputado Ruy Smith por ter agido de má

Handwritten notes:
Gato
Ruy Smith

Handwritten signatures and notes:
Ruy Smith
Beirão

Handwritten signatures and initials:
Ruy Smith
Beirão
Paulo José
Jarbas Gato
Raimundo Frota





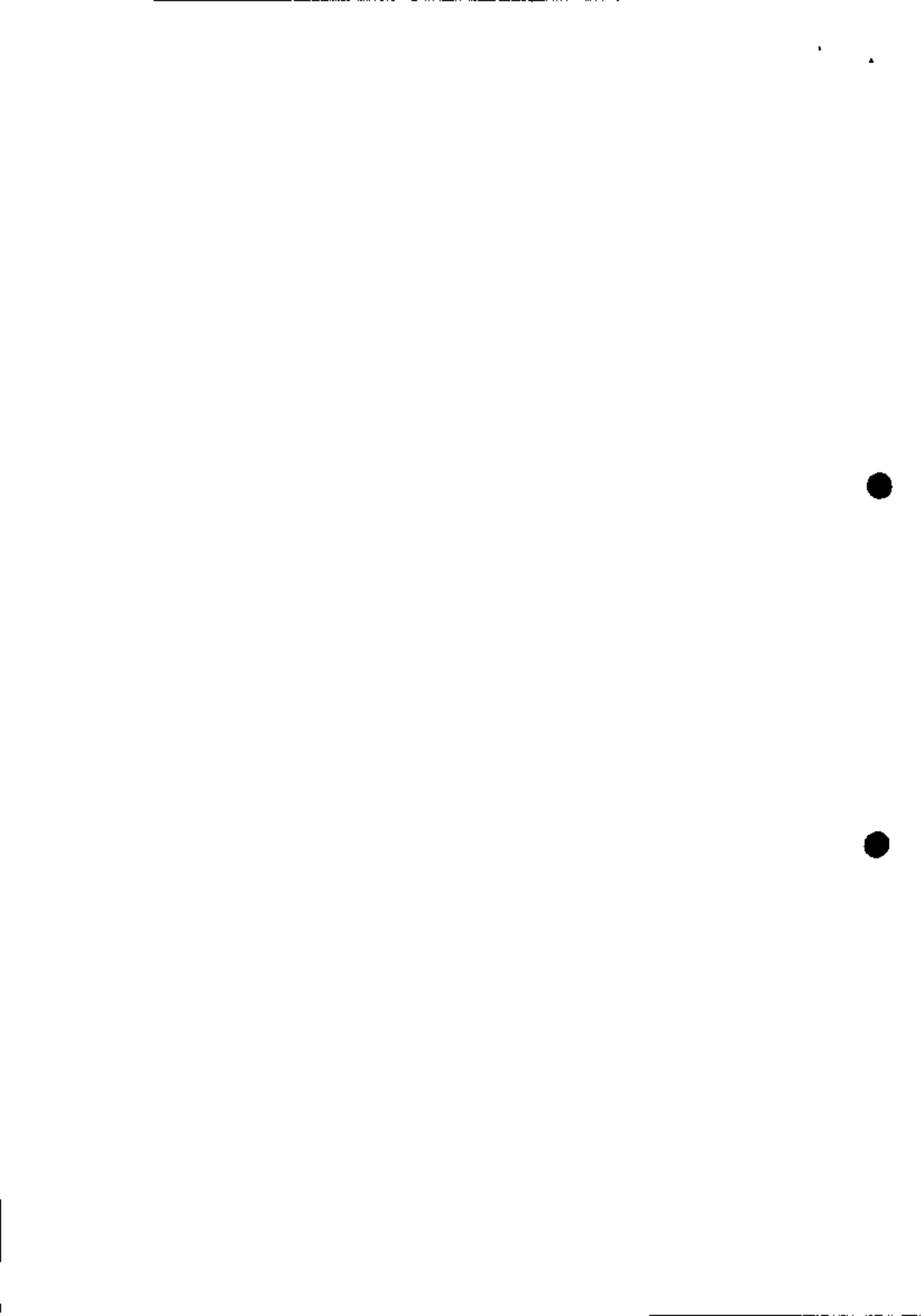
ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

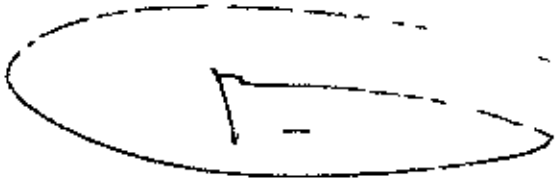
fê, divulgando inverdades a seu respeito, entretanto entendia que infelizmente aquela era uma prática comum dos que compunham o PSB. Concedeu aparte ao Deputado Roberto Góes, o qual parabenizou a Deputada Raimunda Beirão pelo pronunciamento e enalteceu o trabalho que a mesma vinha realizando em prol da população do Vale do Jarí. Lamentou que o discurso do PSB fosse uma coisa e a prática, outra. Lembrou de alguns atos praticados pelo PSB no passado, quando o Senhor João Alberto Rodrigues Capiberibe fora governador do Estado, citando a quebra das grades da Assembléia Legislativa e perseguindo os Poderes Constituídos. Concedeu aparte ao Deputado Edinho Duarte, o qual disse que a Deputada Raimunda Beirão deveria perdoar o Deputado Ruy Smith, pois entendia que por não terem do que falar, a comitiva do PSB resolveu difamar os parlamentares da Casa, em especial a Deputada Raimunda Beirão e o Deputado Manoel Mandi. Falou que ao invés de se digladiarem entre si, era necessário buscar alternativas para que o Estado se desenvolvesse. Retomando seu discurso, a Deputada Raimunda Beirão disse que jamais havia se preocupado em ir a qualquer município para denegrir a imagem de algum colega parlamentar, como fizera o Deputado Ruy Smith. Falou que tinha a certeza de que, enquanto parlamentar estava cumprindo seu papel de maneira satisfatória, sendo ávida defensora e lutadora em prol da comunidade do Vale do Jarí nesta Casa de Leis. Posteriormente, o Deputado Jorge Amanajás prestou sua solidariedade à Deputada Raimunda Beirão pelo trabalho realizado na região do Vale do Jarí. Falou que a tentativa de denegrir sua imagem advinha de pessoas que não haviam tido capacidade de realizar um trabalho como o seu. Concedeu aparte ao Deputado Lucas Barreto, o qual se reportou ao trabalho realizado pela Deputada Raimunda Beirão, pelo Deputado Manoel Mandi e ainda pelo Deputado Federal Davi Alcolumbre, que tiveram suas imagens e honras agredidas pelo discurso da Deputada Janete Capiberibe e pelo Senador João Alberto Capiberibe, quando estiveram no Vale do Jarí. Disse que a Deputada poderia contar com ele e com qualquer de seus pares, caso desejasse que fossem àquela localidade para falar de seu trabalho em prol da comunidade. Ao retomar seu discurso, o Deputado Jorge Amanajás teve a oportunidade de recordar da "Sociedade Alternativa", citada por Raul Seixas, ao visitar a Comunidade Monte Tabor, cujo trabalho tem grande importância para a sociedade. Discorreu sobre o projeto da Escola Desafio, cujo sucesso lhe causava surpresa, visto que, em sete anos, já alcançara os Municípios de Santana e de Laranjal do Jarí. Lamentou que pessoas que desconheciam o trabalho realizado pela referida instituição, tentassem denegri-lo, que surgiu como uma medida alternativa para ajudar os estudantes que não tinham condições financeiras a galgarem o caminho rumo à Universidade. Reconhecia a medida do Estado em assumir estudantes da rede pública, mas que, no entanto, não se deveria aceitar a publicidade de que tudo estava perfeito nas escolas públicas. Citou números demonstrativos da aprovação dos alunos do "Desafio", os quais, em seu entendimento, ratificavam a importância da instituição, modelo para todo o Brasil. Concedeu aparte ao Deputado Roberto Góes, o qual louvou o Trabalho desenvolvido pelo Desafio e que as críticas partiam daqueles que não conheciam o projeto ou não haviam tido a capacidade de realizá-lo. Ao retomar seu discurso, o Deputado Jorge Amanajás parabenizou os alunos do Desafio, aprovados no vestibular da UNIFAP - Universidade Federal do Amapá, porque eram, acima de tudo, vencedores de todas as condições adversas que enfrentavam na sociedade, principalmente pela dificuldade financeira. Em seguida, o Presidente da Sessão, Deputado Paulo José, solidarizou-se com o Deputado Jorge Amanajás enaltecendo o trabalho por ele desenvolvido. Logo após, Deputado Dalto Martins, reportou-se aos discursos daqueles que o antecederam, dizendo que o PSB tinha por prática agredir as autoridades estabelecidas no

Handwritten notes and signatures on the right margin:
 Record
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Handwritten notes and signatures on the bottom left margin:
 [Signature]
 [Signature]

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]





ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Estado e perseguir os poderes. Parabenizou o Deputado Jorge Amanajás pelo projeto Desafio, o qual conseguiu alcançar mais de 52% das vagas ofertadas pela Universidade Federal do Amapá. Falou que o Governo do Estado deveria apoiar totalmente esse projeto, uma vez que era de grande alcance social. Mencionou que quanto ao PSB o discurso era um e a prática era outra, no sentido de haver contradições entre o que eles diziam e o que faziam. Citou o caso dos filhos do Senador João Alberto Rodrigues Capiberibe estarem todos nomeados na Comissão em que ele era o Presidente, praticando assim o nepotismo. Referiu-se ao senhor Carlos Camilo Góes Capiberibe, o qual havia sido nomeado no Gabinete do referido Senador, disse considerar este fato lamentável, pois em nada contribuiria para o desenvolvimento do Estado do Amapá. Concedeu aparte ao Deputado Edinho Duarte, o qual disse que não podia se esperar do PSB outra coisa senão inverdades. Quanto à prática de nepotismo, disse que não se manifestaria, por entender que a mesma era realizada por todos, apenas ocorria que alguns praticavam de maneira escondida. Retomando seu discurso, o Deputado Dalto Martins justificou seu pronunciamento quanto à prática de nepotismo usada pelo PSB, na pessoa do Senador João Alberto Rodrigues Capiberibe. O Deputado Dalto Martins concedeu aparte ao Deputado Ocivaldo Gato, entretanto, pelo motivo do referido parlamentar ter se desviado da discussão, o Deputado Dalto Martins não incluiu seu pronunciamento a seu discurso. O Deputado Dalto Martins citou visita realizada ao Município de Oiapoque, onde constataria a necessidade de aquisição de um aparelho de ultra-sonografia e de ser renovado o Convênio que atendia a pacientes brasileiros baleados na Guiana Francesa. Lamentou que nessa visita tivesse sido informado por alguns funcionários do setor de saúde que um Deputado estaria molestando um grupo de pessoas a assinar denúncias infundadas sobre o setor da saúde naquele município. O Presidente, Deputado Paulo José, solicitou ao Deputado Ocivaldo Gato que fundamentasse a denúncia que havia trazido durante o pronunciamento do Deputado Dalto Martins, para que a Mesa Diretora repassasse ao conhecimento de todos os parlamentares da Casa. Por sua vez, o Deputado Jorge Salomão reportou-se à questão da nomeação de parentes feita pelo Senador João Alberto Capiberibe. Disse que a Deputada Federal Janete Capiberibe também possuía parentes em sua assessoria. Sugeriu aos membros do PSB, Partido Socialista Brasileiro, para que atentassem para tal fato. Criticou as medidas administrativas irregulares praticadas pelo referido Senador enquanto Governador do Estado. Reportou-se ainda, ao comportamento do Deputado Ruy Smith quando de sua ida ao Vale do Jarí. Falou que sua crítica não dizia respeito ao nepotismo, mas à hipocrisia do Senador ao dizer o que não fazia. Concedeu aparte ao Deputado Alexandre Barcellos, o qual enumerou medidas do ex-Governador Capiberibe que, em seu entender, em nada contribuíram para o desenvolvimento do Estado. Ao retomar seu discurso, o Deputado Jorge Salomão solicitou ao Presidente que encaminhasse documento ao Presidente da República para que fizesse a vontade do ex-Senador Darci Ribeiro para que fosse instalada a Universidade Aberta. Em seguida, o Deputado Roberto Góes, lamentou que a mídia nacional somente divulgasse más notícias a respeito do Estado do Amapá. Citou o caso da suspeita de doença de chagas através da ingestão do açaí, fato este que ainda não teria sido sequer comprovado. Solidarizou-se com a Deputada Raimunda Beirão, destacando seu papel como incessante lutadora pelas questões que envolviam o Vale do Jarí. Mencionou que o Governo do Estado estaria enviando a esta Casa o Projeto de Lei 0002/05-GEA, que dava garantias aos 992 de serem absorvidos em seus quadros. Destacou que somente pelo empenho do Governador Waldez Góes o projeto estaria sendo apreciado pela Casa, o que não aconteceu anteriormente, por, segundo ele, não haver vontade política por parte dos gestores passados. Mencionou o cumprimento de algumas

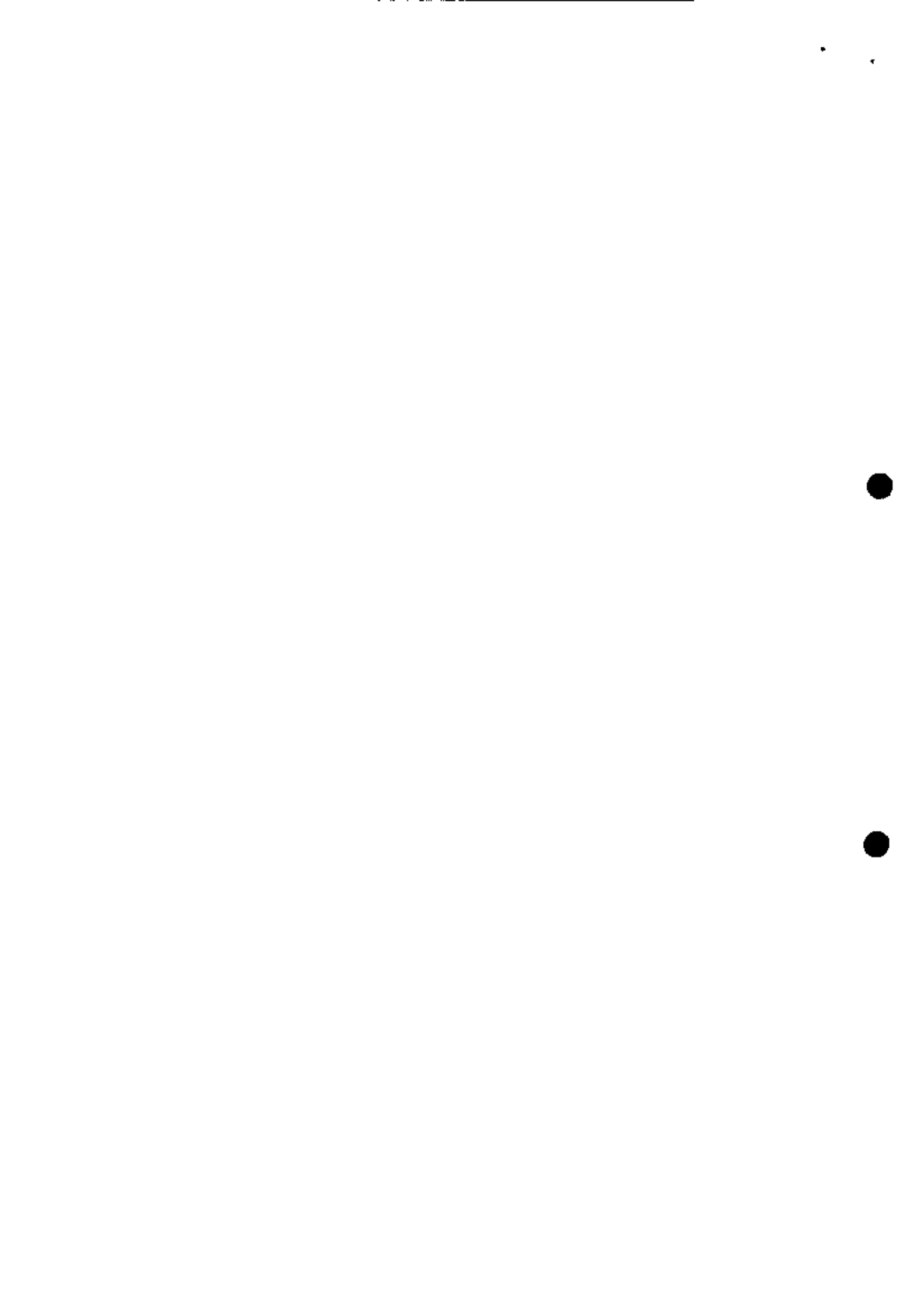
Ed C.

Duarte

Jorge Salomão

Ruy Smith

[Handwritten signatures and initials]





ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

promessas de campanha feitas pelo Governador Waldez Góes, o qual, não levando em consideração a situação em que assumira o Estado, trabalhou para que o mesmo pudesse avançar em todos os setores. Criticou ao ex-governador João Alberto Rodrigues Capiberibe, por ter passado oito anos e não ter feito nada para que o Amapá desenvolvesse. Falou que durante os dois anos em que João Alberto Rodrigues Capiberibe fora eleito Senador pelo Amapá, ainda não conseguira obter recursos para o Amapá. Disse que o Estado só cresceria se todos buscassem alternativas para que o Amapá se desenvolvesse. Esgotado o prazo regimental para a Comunicação de Oradores, o Presidente, Deputado Paulo José, concedeu a palavra ao Deputado Ocivaldo Gato, o qual teceu comentários sobre os problemas pelos quais vinham passando os doentes renais. Denunciou que alguns empresários estavam aterrando a Lagoa dos Índios e cabia à Secretaria de Meio Ambiente e a esta Casa Legislativa verificar a autenticidade de tais denúncias. Falou que havia realizado uma visita à Fábrica de Asfalto para verificar o que estava ocorrendo e constatou que faltavam recursos, por parte da Prefeitura Municipal, para a compra de seixo, impossibilitando o asfaltamento de ruas e avenidas de Macapá. Passando-se à Ordem do Dia, o Presidente solicitou que se fizesse a chamada, na qual se encontravam ausentes os Deputados: Eider Pena, Joel Banha, Jorge Souza, Manoel Mandi, Ubiraniêdo Macêdo, Zezé Nunes, e as Deputadas Francisca Favacho, Mira Rocha e Roseli Matos. Logo após, em Questão de Ordem, o Deputado Alexandre Barcellos justificou a ausência da Deputada Mira Rocha e do Deputado Zezé Nunes. Em seguida, foi deliberada a Proposta de Emenda à Constituição n.º 0001/04-GEA, do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Amapá. Foi lido o Parecer n.º 0022/05-CJR/AL, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, cujo Relator foi o Deputado Dalto Martins, que deu parecer favorável à aprovação da matéria. Concluída a discussão, o parecer foi submetido à deliberação do Plenário, tendo sido aprovado em Primeiro Turno, por unanimidade dos Deputados presentes. Encontravam-se ausentes os Deputados Edinho Duarte, Joel Banha, Jorge Salomão, Manoel Mandi, Roseli Matos, Ruy Smith, Ocivaldo Gato, Raimunda Beirão, Randolfê Rodrigues e Zezé Nunes. Passando-se ao Grande Expediente não houve orador inscrito. Não havendo manifestação por parte dos Deputados, o Presidente deu por encerrada a presente Sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos que a ela deram origem. Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá às doze horas e cinco minutos do dia doze de abril de dois mil e cinco.

Handwritten signature: Duarte

Handwritten signature: [Illegible]

Handwritten mark: X

Handwritten signature: [Illegible]

Handwritten signature: [Illegible]

Multiple handwritten signatures and initials scattered across the bottom half of the page.

11





**ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, na Secretaria Legislativa da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, efetuei o encerramento deste processo, sem os documentos que o completam por consequência do mandado de busca e apreensão nº 000009/2010-CESP, do que faço este termo.

